

A GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

HELENA COPETTI CALLAI¹⁶

Refletir sobre o ensino de Geografia tem sido um motivo muito significativo para se pensar a Geografia. Afinal, produzir conhecimento geográfico, teorizar sobre ele, para muitos de nós, tem a finalidade do aprendizado, pois que, envolvidos com o Ensino Básico ou no nível universitário - pela formação de professores, esta tem sido uma questão muito presente e necessária.

A respeito do ensino médio há que se considerar, para início de conversa, as modificações na estrutura do ensino escolar decorrentes da LDB. Pela legislação oficial,

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (LDB - Seção IV - DO ENSINO MÉDIO - Art. 35).

¹⁶ Dr^a. em Geografia, Prof^a. no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências/Mestrado da UNIJUÍ, IJUÍ-RS.

Fazer a transição para a vida profissional pela entrada no mercado de trabalho ou escolha de curso universitário tem sido, na prática, a função deste nível de ensino. A reflexão, neste momento de tantas mudanças, é significativa no sentido de vislumbrar alternativas possíveis para tornar a escola ligada com a vida, resguardando sempre o seu papel.

Este artigo trata de fazer uma reflexão sobre o ensino de Geografia, e está organizado em duas partes. Inicialmente, caracterizar, a partir de investigação feita com alunos do Ensino Médio, qual o papel real no momento (e possível) do ensino de Geografia na formação do jovem. Para tanto, é interessante verificar como os professores de Geografia vêem os alunos deste nível e o seu envolvimento com esta matéria. E também como os alunos percebem a Geografia e o seu ensino.

A partir destas constatações (feitas com base em uma pesquisa realizada com estudantes do ensino médio e com os seus professores de Geografia), que não são surpresa para ninguém, desenvolvo uma reflexão de como poderia ser o ensino de Geografia para a formação do cidadão. Quer dizer, fazer do conteúdo de Geografia algo conseqüente para a vida, para a formação do jovem.

A Representação que os Alunos Têm da Geografia

Na área das humanidades, embora não exclusivamente, é recorrente a preocupação com a instrumentalização do aluno para a formação do cidadão. A Geografia, por meio do conteúdo com que trabalha é, dentro das humanidades, uma disciplina que tem todas as condições para colocar ao aluno as ferramentas para tal.

No entanto, o aluno tem sido considerado o principal responsável pelo fracasso escolar neste nível de ensino. Conforme dados da pesquisa, os professores de Geografia do Ensino Médio se referem aos alunos com as características a seguir: capacidade de raciocínio fraca; a capacidade de expressão escrita e oral tem se tornado pior com o tempo; nível de

conhecimento pobre, insatisfatório; não têm base, pois esquecem tudo o que já estudaram.

Ao fazerem referência especificamente à Geografia, as características mais marcantes são que o aluno não se interessa pelos assuntos porque não têm nada a ver com a sua vida; os que trabalham e estudam não acham importante ter informações que os façam mais cultos; e os que só estudam não vêem sentido em saber coisas que não lhe estão interessando; gostam de curiosidades e a participação em aula se restringe a responder às perguntas feitas (por isto gostam dos questionários); não estudam, porque Geografia é fácil (pois o que vale é ter uma opinião - *achologia*); têm uma visão tradicional baseada na Geografia Física. Em geral, preferem o tradicionalmente feito pela Geografia que é descritiva e os questionários, que a tornam mais fácil para estudar (decorar).

Os professores dizem ainda, dos alunos que, além da bibliografia ser escassa nas escolas, os alunos não têm acesso a ela; que falta hábito de leitura e tempo para estudar, o que ocasiona um desinteresse total. Segundo os professores, a maioria dos alunos têm muita dificuldade em se localizar tanto concretamente quanto nas representações que fazem dos espaços, e portanto “odeiam mapas”. Mas, contraditoriamente, se conseguem trabalhar com mapas, gostam, se situam bem e têm grande interesse.

Se estas são as imagens que os professores de Geografia fazem de seus alunos do ensino médio, é interessante verificar quais as representações que estes alunos têm da Geografia que lhes é “ensinada”, e que eles devem “aprender”.

Considerando o Ensino Médio a fase da Educação Básica em que o estudante adquire uma cultura geral, tratando de todas as áreas, é o momento em que se realiza a sistematização dos conhecimentos, num leque que pretende abrir perspectivas na busca de sua profissionalização. O conteúdo das ciências trabalhado nas diversas disciplinas dá ao aluno uma visão geral do mundo e da vida.

Muito embora a fragmentação posta na interpretação, a partir das diversas ciências, espera-se que o aluno tenha uma visão da dinâmica geral. Para além disto, acredita-se que seja possível ao aluno construir um conhecimento que considere o saber empírico adquirido na sua própria vivência, contraposto ao conhecimento científico que a humanidade acumulou, gerando o seu aprendizado.

É este, então, um momento da escolaridade em que o aluno pode adquirir uma cultura geral, uma visão do mundo e de suas formas de interpretação, que supere o senso comum e lhe sirva de ferramenta para seguir adiante na sua formação profissional. Nesta perspectiva, é também uma passagem para a universidade e uma preparação, o que os alunos em geral, têm considerado o mais importante do Ensino Médio.

Se os conteúdos trabalhados neste nível o são numa perspectiva de erudição, de formação humanista para construir os instrumentos que o levem a compreender o mundo e agir nele, não se pode desconsiderar que existe um profundo conteúdo social no que é ensinado. E, em última análise, é a formação da consciência social do aluno, isto é, de sua cidadania.

Em que medida o aluno se apercebe disto é muito discutível, tanto da perspectiva dele próprio, quanto da perspectiva da escola e dos professores, pelo que se observa corriqueiramente, e nos dados a que se chegou com a pesquisa acima referida.

Em nível individual o aluno pode perceber-se como alguém que contesta, que ousa contra as regras estabelecidas. E também pode perceber o lugar, reconhecer nele o que existe e o papel de cada um. Mas, em termos sociais de construção do espaço e da sociedade da qual faz parte, fica mais difícil.

O aluno dificilmente consegue se reconhecer como ser histórico, não consegue se identificar como sujeito, na maioria das vezes, embora questione o mundo, a vida, a escola, e o que deve (ou não) aprender. O significado das diversas matérias se restringem, então, à preparação para o vestibular. Não

conseguem perceber o caráter social da aprendizagem e nem a historicidade que ela traz em si.

Ao reconhecer-se como cidadão que precisa de um conhecimento amplo e diversificado para poder tomar decisões, para agir na sociedade (o que no mais das vezes se reduz a passar no vestibular ou arrumar um emprego), invariavelmente o aluno passa a reclamar das aulas que tem.

Prova disto é o que se pode reconhecer empiricamente a partir das aulas de Geografia. Perguntados sobre Geografia, alunos de Ensino Médio passam a idéia de uma matéria para decorar, para estudar para a prova, muito chata, cansativa e repetitiva. E acentuam que a “Geografia Física, por ser mais objetiva, mais observável, é mais científica e mais interessante que a Geografia Humana, que é muito mais de opiniões, sem objetividade e de imposições de idéias”.

A idéia predominante entre os alunos é de que a Geografia é basicamente a Geografia Física estudando o espaço planetário, o universo e a via láctea, e os aspectos físicos dos lugares do mundo (vegetação, clima, relevo); a seguir, consideram a Geografia Regional expressa por itens de Geografia Física em diversos países e continentes; e só no terceiro momento o Brasil é considerado como um conteúdo de Geografia.

Paralelamente, passam a idéia de que os mapas são conteúdos de Geografia, o que demonstra quão fragmentada está a proposta de ensino de Geografia, pois um mapa deve ser considerado um recurso para o estudo, enquanto ele está sendo visto como conteúdo em si. Apenas num quarto lugar aparecem questões relativas à Geografia Humana.

Ao serem solicitados (na pesquisa referida) a “citar” cinco palavras que lhe vem à cabeça quando se fala de Geografia, individualmente a palavra MAPA é a que mais aparece. Geografia, para muitos, tem sido, portanto, sinônimo de mapa.

Um mapa é sempre interessante, causa curiosidade e, no entanto, nas aulas de Geografia, ao invés de motivar, estressa os alunos. Isto se explica pela dificuldade que os alunos e muito freqüentemente os professores também têm de trabalhar com os mapas. Por não haver um treino de habilidades adequadas ao processo de entendimento do que seja o espaço concreto e as formas de representação, bem como o desencadeamento da construção do conceito de espaço, ocorrem situações de dificuldade de entender o que seja um mapa.

A imagem do mapa é mágica, e ele passa a ser visto como uma figura apenas e não como uma síntese de processos representados. E no caso de Geografia, falta a capacidade de entender o mapa como um instrumento dos mais interessantes para desenvolver a aprendizagem. Não é o momento agora, neste texto, mas merece que se dê atenção ao papel da Geografia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, onde podem e devem ser trabalhadas as bases para esta compreensão.

As palavras citadas pelos alunos expressam, de um modo geral, a grande fragmentação que é o ensino e, particularmente, a dificuldade de se ter claro o que seja Geografia e o que lhe cabe no ensino escolar.

Aparecem palavras que significam itens tratados, como Geografia Física e Humana; outras que significam regiões, áreas, porções do território, ao lado de palavras que querem significar localização, seja de lugares tanto quanto de exercícios de localização individual num espaço. E, no mesmo nível, aparecem idéias de que Geografia seja conhecimentos, acontecimentos, atualidades, curiosidades. E, mais ainda, que Geografia seja gráficos, números, textos, questões, provas e acentuadamente “decoreba”, “matação” e “chatice”.

A estes últimos, acrescentam ainda a idéia de inutilidade, pois que, para curiosidades e atualidades, têm outros meios de comunicação que são mais eficientes na transmissão.

Se agrupadas estas palavras (que no total foram mais de 700 termos citados), percebe-se acentuada ênfase nos termos que remetem à Geografia Física: relevo, clima, vegetação, oceano, águas, rios, solos, natureza, além de

outros. É importante observar que relevo e clima são os que mais aparecem e, se juntarmos águas e rios significando hidrografia, isto é, na idéia dos alunos o essencial da Geografia, e é também o conteúdo mais trabalhado, de acordo com análises dos planos de ensino e entrevistas com os professores (que são as outras partes que integram esta pesquisa referida).

Outro agrupamento possível refere-se à Geografia Regional, porém com base nas noções de Geografia Física, em que aparecem as palavras mundo, país, divisões, regiões, estados e Brasil. É o espaço dividido, as fronteiras, os lugares, mas num sentido natural e não político. Os termos espaço, território e lugares, indicam a mesma tendência.

Como já foi expresso anteriormente, outra idéia que na cabeça dos alunos dá conta do que seja Geografia, é a Cartografia, com as palavras mapa e outras que dão o sentido de localização e orientação. Isto é até certo ponto contraditório, pois tanto professores de 5.^a à 8.^a série, quanto professores do Ensino Médio reclamam que as séries anteriores às suas não dão conta de criar as habilidades necessárias ao desenvolvimento do conceito de espaço, resultando a falta de condições de se localizarem e conseqüentemente de conseguirem trabalhar com os mapas.

A seguir, aparecem as questões de Geografia Humana, expressas basicamente por palavras como população, sociedade, economia, política, cidade e agricultura, e apenas uma vez foi falado em “transformações pelo homem”.

Num quinto grupo pode-se juntar as palavras que poderiam ser agrupadas com o primeiro, que se referem às questões de Geografia Física, e aquilo que muitos alunos tanto quanto professores (pois são itens que aparecem nos planos de ensino) entendem que é a Geografia. É universo, planeta, céu, satélites, galáxia, sistema solar, ventos, atmosfera.

Resumindo: ao citarem as palavras que lhe vêm à cabeça quando se fala de Geografia, os alunos estão demonstrando a representação que fazem desta matéria no Ensino Médio. Muito embora os professores demonstrem preocupações com uma Geografia mais crítica, politicamente mais conseqüente na busca de

formar o cidadão, parece que se está muito longe ainda de, na prática, alcançar os resultados. Pode-se deduzir a partir disto que a prática de sala de aula é conservadora e os conteúdos fragmentados, o que não permite a clareza do que seja o objeto da Geografia.

Das várias questões abordadas pelos alunos após citarem as cinco palavras solicitadas, numa visão geral pode-se fazer o seguinte panorama do que seja a Geografia do Ensino Médio a partir da representação que eles fazem:

- A Geografia tem um caráter extremamente fragmentado e naturalista;
- A noção de espaço é de território, mas mais acentuadamente de espaço planetário, Via Láctea, atmosfera;
- O espaço é sempre fragmentado, são partes de lugares, aspectos descontextualizados e desconectados do conjunto;
- A noção de espaço com uma perspectiva mais humana, mais de construção do espaço para o homem, e de globalidade é muito rara;
- A idéia de fronteiras e limites expressa os lugares recortados (é a antiga noção de região como espaço único e absoluto);
- O regional é basicamente recorte a partir de concepções geológico-geomorfológico: os continentes;
- O Brasil não é muito significativo para estudar, o mundo é mais presente;
- O mundo é caracterizado ora como universo, planeta, ora como países e continentes;
- A Geografia Humana é muito pouco presente e aparece por meio de itens também fragmentando a realidade;
- A Cartografia se confunde com o conteúdo de Geografia, por meio das questões de localização, orientação, coordenadas, pontos cardeais e até atlas;

- A Geografia é para se decorar e o mapa significa o exercício de memorização;
- As técnicas de aula utilizadas são confundidas com a matéria e o seu conteúdo;
- A avaliação por meio de questões, provas e textos são confundidos com o conteúdo;
- A Geografia tem como conteúdo itens desconectados entre si, que não permitem uma visão do todo;
- A Geografia é vista como acontecimentos, atualidades e conhecimentos gerais;
- As aulas de Geografia não caracterizam o que seja o objeto da disciplina e da ciência.

Convidados a dizer o que acham do conteúdo de Geografia no Ensino Médio, os alunos demonstram mais claramente a forma como percebem o conteúdo da disciplina. E se dividem entre os que acham que é um conteúdo inútil, sem sentido e os que o encaram como tão importante como o conteúdo de qualquer outra disciplina do Ensino Médio. Tanto um quanto o outro grupo remete à metodologia de aula muitos problemas que ocorrem no ensino de Geografia.

O interessante é que para os alunos entrevistados, de uma maneira geral, o conteúdo de Geografia do Ensino Médio é para estudar de novo o que foi estudado no Ensino Fundamental. Isto deixa claro que não há entre os professores de Geografia nem no interior da própria escola, muitas vezes, uma clareza de seqüência e seleção de conteúdos.

Enquanto no Ensino Fundamental a definição do que ensinar se estabelece por Geografia do Brasil, dos Continentes e da América, no Ensino Médio ficam entre Geografia Geral e Geografia do Brasil. Não há uma definição do que caberia em cada série. Muitas vezes ela é feita pelo que traz o livro didático. Esta seleção/delimitação do que deve ser abordado deveria obedecer a critérios

claros, decorrentes dos objetivos que se têm com o aprendizagem desta matéria no ensino básico. Não é o caso de se ter uma determinação de conteúdos a serem ministrados por série. Pelo contrário, acredito que esta seleção de conteúdo deve ser feita pela escola, pelos professores, de acordo com a realidade em que estão. No entanto, é fundamental que se tenha critérios claros a partir do que seja o fundamental e básico da Geografia, e para tanto precisa-se ter a clareza que permita saber o que é uma análise geográfica.

Esta realidade, que é a absoluta falta de seleção/delimitação e organização/seqüência dos conteúdos nos dois níveis de ensino, leva os alunos do Ensino Médio a fazerem afirmações que demonstram a falta de compreensão do que seja o estudo e, até, com críticas bastante severas. Vejamos algumas observações que fazem:

- *Pelo que aprendemos no colégio parece ser uma matéria que abrange assuntos “manjados”, ou seja, se não é “decorar” dados são assuntos bestas que temos que pensar.*
- *O conteúdo é muito extenso a nível de Ensino Médio, uma vez que não é possível ser findado neste curso. Muitos aspectos supérfluos e complexos (acho difícil a DECOREBA dos principais rios, elevações, etc. do mundo, para não dizer de TODOS).*
- *Bom, pena que até agora eu passei por várias séries e o conteúdo é sempre o mesmo;*
- *O conteúdo que até agora trabalhei tem sido o mesmo desde o primeiro ano. Ele é mal trabalhado. Desde o Ensino Fundamental ele é mal dado, mal cobrado e muito pouco aprofundado.*
- *Devido a sua grande amplitude é um conteúdo complexo que deveria ser mais reduzido em sala de aula.*
- *Amplo, o que é bom, porém poderia ser mais aprofundado para não tornar-se muito vazio.*

É interessante observar que os alunos estão querendo mais clareza do que é tratado em aulas de Geografia, e mais que isto esperavam um conteúdo que fosse mais significativo, não tão superficial, mas mais de acordo com a realidade que está sendo vivida. Um aluno diz que:

- *Depende da maneira com que ele é colocado fica interessante estudá-lo, porem algumas vezes parece que a Geografia é só livros e não realidade.*

Além de ficar estudando coisas que estão distantes fisicamente, são coisas que parecem mais abstratas do que reais. É o problema tradicional da Geografia, que trabalha com dados que ficam na abstração e com espaços que parecem não ser territórios, com gente e acontecimentos que afetam a sociedade particularizada deles e muitas vezes o conjunto da sociedade global. Conforme os alunos, o conteúdo de Geografia é:

- *Um tanto ligado mais na parte de localização, relevo, etc. Mas da economia, das condições de vida do país em que se vive e outras coisas mais que envolvem a população, isto quando é estudado é de uma forma muito superficial.*
- *Eu acho um conteúdo muito importante pois como iremos viver em um mundo tão grande como este se não o conhecermos?*
- *Acho importante para entendermos e conhecermos um pouco mais o nosso espaço geográfico ou seja, meio em que vivemos.*

Essa necessidade que os alunos expressam de precisar conhecer o mundo em que vivem, para alguns fica na informação geral do mundo, nos conhecimentos gerais, mas para outros chega mais próximo, na importância de conhecer e compreender o que está próximo de si, como:

- *O conteúdo é bom, mas poderia envolver mais os aspectos regionais, como a rua onde moro, a casa onde vivo.*
- *Acho muito interessante pois através do conteúdo tomamos conhecimento sobre o nosso espaço geográfico e o espaço social em que vivemos.*
- *Muito importante pois se não existisse como saberíamos nos localizar, como saberíamos sobre nosso mundo, sobre nosso universo.*
- *Deve ser bem explorado, e não ficar limitado simplesmente em atlas e mapas, deixando o aluno entediado sempre com o mesmo assunto.*
- *Maçante, cheio demais de coisas fúteis e muito pouco se faz para que nós (alunos) entendamos e tenhamos interesse pelo estudo de nosso mundo.*
- *Sinceramente não gosto. Embora tenha de admitir que o estudo da Geografia é fundamental para compreendermos o desenvolvimento da história humana.*

Esse último depoimento vai além dos outros que querem um conteúdo mais chegado ao seu mundo, que esperam, com a Geografia conhecer a realidade em que vivem. Mas vai além, porque parece perceber o que é que a Geografia estuda, e pelo seu posicionamento político considera a importância e o significado do seu estudo, ao dizer que:

- *Se estuda Geografia para melhor entendermos o espaço em que vivemos, e já que acredito no SOCIALISMO (estudado em Geografia), ela serve para entendermos o porque da miséria dos povos do terceiro mundo.*

Porém, se para esse aluno que parece estar reclamando do conteúdo de Geografia (uma das cinco palavras que ele cita é MATAÇÃO), embora perceba a importância que tem, exatamente pela dimensão política e social, há outros que reclamam exatamente desta perspectiva que o conteúdo tem. Assim se expressam:

- *Não gosto, primeiramente, pois muitas idéias são impostas (argumentos). Ao invés de termos idéias próprias sobre tais assuntos nos são dados argumentos de certo autor, no qual muitas vezes não aceitamos, mas devemos muitas vezes até decorar, para as avaliações.*
- *É apenas um contexto de posições sociais, geográficas em relação aos países, sendo assim uma coisa que fica flutuando em nossa mentalidade.*

Estes alunos, tanto quanto o anterior, demonstram posicionamento até certo ponto claro diante das questões do mundo, e fazem a sua crítica, no que podem até ser referenciados por outras posições diferentes mas com a mesma origem.

- *O conteúdo é em partes cansativo, mas em algumas proveitoso, como discutir questões políticas em sala de aula, há troca de idéias e uma visão menos unilateral do assunto.*
- *Na minha opinião certos conteúdos deveriam ser revistos, porque já estão muito desatualizados e estudar Geografia no Ensino Médio é para nos atualizar.*

Há também aqueles que vêem o estudo da Geografia como o de qualquer outra disciplina, apenas como uma exigência de aula e como tal não têm nada a dizer. Somente que:

- *Poderemos ter uma melhor idéia depois do vestibular.*

- *Por enquanto não acho nada, mas vou começar a achar depois do vestibular. Acho de certa forma muito fraco. Precisaríamos associar informática a Geografia para acabar com a monotonia.*

Mas há alunos que são mais críticos ainda ao afirmarem que a inutilidade do conteúdo, aliado à metodologia para desenvolvê-lo, fazem com que seja uma disciplina completamente sem sentido:

- *Muitas coisas não gosto, como relevos, estudos do solo, agricultura e produção dos países do mundo, acho que nunca vou ocupar isso para nada, e se ocupar, o conteúdo do Ensino Médio nada servirá, ele é dado muito por cima.*

E acrescenta que, se quiser chegar a algum lugar, dar um sentido a este conteúdo, deve se ampliar a carga horária e repensar o conteúdo, aprofundando-o, não tratando de forma superficial tantas coisas.

Em resumo: o conteúdo de Geografia, por meio de representação feita pelos alunos, deveria ser mais ligado com a vida, mais aprofundado e explorado para não ser tão superficial, menos ideológico e menos autoritário no sentido de se adotar/aderir à idéia do autor do livro didático ou do professor; deveria ser mais de análise crítica e de compreensão da realidade em que vivemos, conforme diz um aluno: *Todo o conteúdo deveria ser tratado de forma crítica, analisando todo o contexto mundial*; não deveria ser repetição de séries anteriores, deveria ser melhor delimitado e organizado e, especialmente as aulas, deveriam ser mais envolventes, mais atrativas.

Mesmo que parcelados/recortados os conteúdos sobre um espaço também fragmentado, os alunos passam a idéia de uma Geografia mais física que humana (e esta muito ideologizada) e cobram a falta de consistência nas explicações sociais, assim como a exigência de decorar detalhes físicos dos diversos lugares.

Queira ou não e, mesmo querendo ensinar uma “Geografia Crítica”, dificilmente o professor consegue se distanciar da Geografia Física, trabalhada tradicionalmente, diga-se de passagem, do trato parcelado de itens que referem a ela.

O peso da descrição física na Geografia escolar foi também importante. Esta importância quantitativa não é absolutamente proporcional ao lugar qualitativo que os fatores físicos têm no raciocínio (ou arremedo de raciocínio) do curso de Geografia.” (Brabant, 1989, p.17).

Além disso, esta importância ligada à função da Geografia como auxiliar da História por permitir a descrição dos lugares em que os acontecimentos se passam, fazendo inventários, e nas raízes militares que conduz o raciocínio estratégico a partir dos dados topográficos, faz dela também, na escola, uma disciplina essencialmente descritiva do quadro natural (Brabant, 1989). O esquema de estudo da Geografia, baseada na caracterização dos lugares em seus dados naturais para depois situar o homem neste espaço e ver o que ele transforma, é ainda hoje tentador. Isto se deve ao fato de que são informações observáveis e possíveis de serem descritas, o que dá à Geografia uma segurança de estar trabalhando com algo concreto.

O que se põe em contraposição à Geografia Humana, tal como é ensinada nas escolas, é reduzida, muitas vezes, a um discurso de denúncia, sem conseguir dar conta das raízes dos problemas apresentados. Problemas aliás que, na maioria das vezes, são pinçados do discurso militante e, ao qual, a Geografia, conforme é ensinada, não consegue dar sustentação. Cai-se, então, na reclamação dos alunos de que têm que decorar a opinião do autor do livro ou do professor, sem conseguir constatar, pensar realmente no problema. *“Ensino com função ideológica, sua eficácia se vê contestada por discursos mais modernos.”* (Brabant, 1989, p.22).

O conteúdo de Geografia escolar, atualmente, tem sido o de descrever alguns lugares e alguns problemas, sem conseguir dar conta de pensar o espaço. Pensar o espaço supõe dar ao aluno condições de construir um instrumental que seja capaz de permitir-lhe buscar e organizar informações para refletir em cima delas. Não apenas para entender determinado conteúdo, mas para usá-lo como possibilidade de construir a sua cidadania.

Em geral, os professores e alunos não pensam sobre como é ensinar, apenas repetem indefinidamente o que é ensinar. É a educação tradicionalmente realizada. E muitos dos professores que hoje atuam foram educados e formados num período da história brasileira em que se devia cumprir ordens e seguir o que era ensinado sem questionar nada. Inventar, criar alternativas era subversivo. A escola não preparou estes professores atuais (no Ensino Médio estão atuando os professores mais antigos) para que pudessem participar do processo de produção do conhecimento, e hoje eles reproduzem aquela situação. A própria mudança que tanto professores como alunos querem é difícil demais para o professor operacionalizar.

E é exatamente isto que os alunos entrevistados reclamam, muitas vezes sem clareza e sem fundamentação teórica que embase as suas reações. No entanto, alguns alunos organizam as suas críticas ao conteúdo num referencial mais amplo, dando conta exatamente de problemas que muitos de seus professores não estão conseguindo perceber.

Após responder sobre o conteúdo de Geografia, os alunos foram questionados sobre o sentido que percebem do estudo de Geografia no Ensino Médio e se tem a ver com a vida os conteúdos que estudam.

Ao responder para que estudar Geografia no Ensino Médio, as opiniões variam muito, desde aqueles que não sabem e nem estão interessados até aqueles que consideram que o uso da informação, do conhecimento é fundamental para ser atuante no mundo, passando pelas questões de localização e, como não poderia deixar de ser, pela preparação para o vestibular:

- *Pra começar eu acho que como a Química e a Matemática, a Geografia é muito importante e deveria ter no colégio, a mesma quantidade de aulas por semana dessas e outras matérias.*
- *Nas aulas o professor deveria dar o conteúdo com maior ênfase, uma vez que o conteúdo de Geografia é muito extenso e tem de ser dado todo.*
- *O objetivo principal, sem o jovem perceber que a Geografia é importante para sua vida, é o vestibular, sem dúvida.*
- *Para ter consciência do que se passa no mundo (mas isto não é muito explorado) é explorado mais para o vestibular.*
- *Precisamos de uma base sobre qualquer e todos assuntos, para enfrentar as situações da vida.*
- *Precisamos de Geografia tanto quanto da Química, para sabermos a origem de problemas e saber coisa da terra.*
- *Para passar no vestibular e entender melhor as relações humanas na sociedade e ainda entender os fenômenos naturais que ocorrem todos os dias e nem nos damos conta.*
- *Aumentar um pouco o número de aulas durante a semana, pois é uma das matérias que está sendo importante no vestibular (se não sabe Geografia não passa).*
- *Para conhecer melhor nossa sociedade, economia, localização, visando um objetivo maior que é o vestibular.*
- *Para nos localizarmos melhor, nos adaptarmos a conhecer a economia, o relevo dos outros países e fazer vestibular.*

A questão da prática é outra insistência dos alunos. O sentido e o interesse nesta idade se volta àquilo que é prático, palpável, que não é apenas imaginação ou teoria como dizem:

- *As aulas de Geografia são praticamente teóricas. Necessitaria de aulas práticas para entendermos melhor a situação da sociedade.*

A teoria que eles referem é basicamente a aula expositiva, o discurso do professor que se torna monótono, cansativo e repetitivo. A aula tradicional era aquela em que o professor ditava e explicava o ponto e depois dava questionário para responder. Como hoje não se faz mais isto, ficou apenas a exposição do professor que fica perdido no ar, pois não tem o registro e o que sabe são superficialidades. A metodologia mudou em parte, mas o que sobrou ficou mais complicado:

- *Tornaria a aula mais prática e criativa.*
- *Mas os alunos têm que se envolver, se interessar.*

São recorrentes as observações sobre mais prática e algumas formas de dizer demonstram que o que esperam é basicamente substituir a aula expositiva por outras formas, tornando as aulas mais dinâmicas. Isto tem esbarrado na desculpa da falta de tempo, com apenas duas horas-aula semanais. Porém, tenho sérias dúvidas que aumentando a carga horária a situação se modifique. Muitos alunos, até, percebem quando dizem:

- *Talvez reduzir as coisas supérfluas e ensinar somente o essencial.*
- *Reduzindo o conteúdo ao que era necessário e atrativo.*
- *O ensino não deveria ser “enrolado” mas sim direcionado, objetivo: mais dados, menos idéias.*
- *Deveria ter mais coisas práticas para serem vistas e estudadas. Os desenhos e trabalhos também são importante neste estudo.*
- *Queria que as aulas deixassem de ser monótonas e sim que tivesse mais plenárias e discussões em grupo.*

Aqueles alunos que não estão passivos e alheios, mas que têm uma preocupação em aprender, nem que seja por objetivo o vestibular, têm críticas e sugestões que muitas vezes superam as expectativas:

- *A forma de ensino deveria mudar, pois nosso maior dever é decorar e não compreender.*
- *Usaria modos diferentes de aprendizagem pois a matéria tem que ser debatida e não só dada.*

Enquanto o professor não deslocar o sujeito mais importante do processo de ensino que é o aluno, fica-se vulnerável a todo esse tipo de crítica. Volta-se as costas para a realização do verdadeiro processo de aprendizagem e encobre-se a realidade por questões burocráticas, que se tornam mais importantes que o aluno e a sua aprendizagem, para conhecer e entender o mundo em que vive.

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro". (Santos, 1994, p.121).

A representação que os alunos fazem de sala de aula, do ensino de Geografia no Ensino Médio, variando do descaso até a crítica exigindo maior seriedade, expressa o que está acontecendo. Pelo que se conhece da prática de sala de aula, do ensino de Geografia que é realizado, os alunos, em suas constatações, chegam mais próximos da realidade do que muitos professores.

É evidente que para eles é muito mais fácil fazerem a crítica, pois estão falando dos outros e do trabalho dos outros. Olhar para o outro lado (quer dizer,

para a representação que os alunos fazem) é, para os professores, sem dúvida, um valioso instrumento de avaliação do trabalho que realizam.

Na maioria das vezes, o professor tem um discurso bastante avançado e uma prática extremamente tradicional, quando não superada, para as condições atuais do mundo em que vivemos e do papel da escola diante das exigências e necessidades sociais. Neste sentido, a busca de alternativas para o processo de ensino-aprendizagem tem sido constante nas discussões dos professores.

A realidade é, com certeza, mais dura e até cruel; no entanto, os desafios estão postos e as reflexões podem apontar alternativas. Ouvir o outro é fundamental, mas é importante também, sem dúvida, ter clareza teórico-metodológica, tanto da ciência com que trabalhamos, quanto das questões pedagógicas que envolvem a formação profissional e a sua atuação.

Neste sentido, é interessante desenvolver uma reflexão que permita vislumbrar alternativas, muito mais que estabelecer caminhos.

A Geografia e a Formação do Cidadão

A educação para a cidadania é um desafio para o ensino de nível médio, e a Geografia é uma das possibilidades e o seu conteúdo pode ser trabalhado de forma que o aluno construa a sua cidadania.

Muito se tem falado em educação para a cidadania, mas de maneira, muitas vezes, irreal e inalcançável, burocrática, ligada ao positivismo e com soluções técnicas, definida num ou vários objetivos que, no mais das vezes, consideram o sujeito - estudante - descolado do mundo em que vive, como se fosse um ser neutro e abstrato.

Acreditando e partindo do pressuposto que a educação para a cidadania perpassa várias disciplinas, a questão que me coloco é como a Geografia pode contribuir neste processo. Se a formação do educando para ser um cidadão passa pela idéia de se prepará-lo a “aprender a aprender”, a “saber fazer”, a “aprender a pensar”, o papel dos conteúdos escolares em geral (considerando-se

a informação, as habilidades e as atitudes) e da Geografia particularmente (porque é só ela que nos interessa aqui), tem a ver com o método, quer dizer, de que forma se irá abordar a realidade.

E daí, insisto, a clareza do objeto da Geografia é fundamental, pois que nos dá os instrumentos (o conteúdo, as informações geográficas) para chegar onde se pretende. Aliás, acredito que um dos grandes problemas do ensino de Geografia, no nível básico, tem a ver com a falta de clareza do objeto da Geografia, que muitas vezes é confundido com o objeto das outras ciências - por exemplo, demografia, climatologia etc., que não conseguem, por sua especificidade ter o olhar geográfico na análise da realidade. Esta dificuldade decorre, sem dúvida, do processo de formação dos professores, seja na graduação, seja na sua formação continuada, em que se abordam aspectos fragmentados da ciência e não se consegue dar conta do que seja a análise geográfica.

Num ensino em que se pretende dar conta da compreensão e análise da realidade é importante ter claro qual a contribuição da Geografia e como pode ser operacionalizada. E é por isto que é fundamental que se tenha clareza do que é afeto a uma interpretação e análise geográficas.

Faz parte desta clareza a respeito da matéria com que trabalhamos, além do objeto, o método de análise. E é este que pode ser aprendido pelo aluno, pois que as informações são passageiras e são meios ou instrumentos para que se possa aprender a pensar através da Geografia. Por exemplo, ao estudar Geografia do Brasil, o que vai restar de fundamental, na verdade, é o aprender a dominar um método que permite fazer a análise geográfica do Brasil.

No entanto, não se pode ficar por aí, pois há uma relação pedagógica capaz de fazer com que o trabalho dê resultados mais interessantes. E este encaminhamento é complexo e vai desde o conteúdo em si até a relação pedagógica que se estabelece entre este conteúdo - o professor e o aluno.

Para desvendar esta questão vou me apoiar em Henry Giroux (1986) que, em seu livro *Teoria Crítica e Resistência em Educação* aborda, no capítulo

“Teoria Crítica e Racionalidade na Educação para a Cidadania”, as formas como são tratadas em diversas perspectivas, a educação para a formação do cidadão.

Segundo o autor, uma teoria da cidadania teria que redefinir a natureza das discussões e da teorização que se faz atualmente da educação. E no seu lugar deveria ser construída uma visão de teoria que integrasse e superasse a divisão artificial entre as disciplinas e ser inspirada numa estrutura mais dialética do conhecimento. A nova teoria deveria ser política e social. E o questionamento a ser feito é: A sociedade deve ser mudada ou deixada como está? O que a escola quer, o que almejam com o seu trabalho, os professores de Geografia? Mudar a sociedade é a perspectiva que se vislumbra, mesmo que num horizonte que pareça distante?

Há que se ter claro os limites postos pela sociedade, tal como está e os limites que se interporão numa nova sociedade. De qualquer modo, parece estar claro à maioria dos professores e aos demais técnicos envolvidos com educação que não se tem como objetivo ajustar o indivíduo ao meio em que vive. Mas é preciso conhecer este meio, exercitar a crítica sobre o que acontece e reconhecer possibilidades alternativas para os objetivos que se quer alcançar.

São todas questões que não se põe na abstração, mas na situação histórico- concreta em que vivemos. *“Os teóricos educacionais e, mais precisamente, uma teoria da educação para a cidadania, terão que combinar crítica histórica, reflexão crítica e ação social.”* (Giroux, 1986, p.252). Os próprios conteúdos trabalhados deverão ter uma tríplice função, qual seja, resgatar o conhecimento produzido cientificamente, reconhecer e valorizar o conhecimento que cada um traz consigo, como resultado de sua própria vida, e dar um sentido social para este saber que resulta.

Estudar o mundo, as configurações territoriais, a organização do espaço e a sua apropriação pelos diversos povos, as lutas para tal, os interesses políticos e as formas de tratar a natureza, se põem como conteúdos que permitem e podem envolver os três itens abordados pelo autor, colocados com base para uma educação para a cidadania.

Esta é, em última análise, o comprometimento com a construção de uma sociedade melhor, conhecendo a realidade, compreendendo os mecanismos que a sociedade utiliza, reconhecendo no território a sua história e as possibilidades de mudança e, nesta perspectiva, a educação e o ensino que se faz devem estar referenciados ao contexto em que se vive e jamais podem ser considerados isoladamente.

A Geografia que estuda este mundo, que é expresso pela produção de um espaço resultante da história das sociedades que vivem nos diversos lugares, constituindo os diversos territórios, tem considerado a necessidade de formar o cidadão? A questão é situá-lo neste mundo e, por meio da análise do que acontece, dar-lhe condições de construir os instrumentos necessários para efetivar a compreensão da realidade.

A teoria da totalidade proposta pelo autor faz-nos considerar a globalidade que deve estar presente nas análises que fazemos. Este enfoque de totalidade

não apenas ajuda a ver as práticas educacionais como produtos históricos e sociais, mas também suscita questões a respeito de como esses determinantes se revelam nas percepções de senso comum dos professores, nas relações de sala de aula e na forma e conteúdo dos materiais curriculares. (Giroux, 1986, p.254).

As coisas todas adquirem um outro sentido, contextualizadas entre si e num contexto mais amplo, *“as escolas podem ser vistas como parte do universo de significados e práticas culturais mais amplas.”* (Giroux, 1986, p.255). E ligada a estas questões se impõe a idéia de transformação, e a perspectiva da educação deve ser de que não se busca algo pronto e definitivo, acabado. Mas o que se busca, ao nos aproximarmos se modifica, os interesses se ampliam, se alteram, pois a vida e os interesses e necessidades do ser humano e dos grupos sociais são dinâmicos.

Este conceito de transformação que, muitas vezes, tem que ser posto em contraposição com o de ajustamento, deve estar muito claro pelo professor ao

desenvolver o seu trabalho pedagógico, especialmente ao trabalhar com conteúdos, que são as práticas que acontecem no nosso cotidiano e que lidam com o relacionamento do homem em nível individual e social entre si e com a natureza.

Sem um controle constante, pode-se cair em explicações deterministas/mecanicistas de ajustamento ao meio, de adequação ao que está posto, como se os homens devessem se adequar pura e simplesmente ao mundo pronto. O encaminhamento deve se dar não no sentido mágico, mas de compreender as práticas sociais como resultantes de uma relação de poder entre os homens e de uso e domínio do meio e da natureza. E ainda mais que isto, compreender o território como o resultado das ações humanas, mas que não tem função estática; pelo contrário, interfere nas próprias relações e práticas sociais.

No entanto, para que se efetive realmente a proposta de educação para a cidadania, é necessário que se politize a noção de cultura. E aí entra o papel do professor e a questão do poder que lhe é atribuído a partir de sua função de educador, considerando-se a cultura como hegemonia ideológica.

O conceito de hegemonia ideológica (advindo de Gramsci), é um conceito que pode muito bem ser referido ao professor como educador, pois é a partir deste que se difunde na sociedade, para toda uma parcela da população, idéias, valores, crenças. Vai daí, que o poder que o professor possui é exercido por ele como uma forma de dominação cultural. Na concepção gramsciana de hegemonia, ela se manifesta de dois modos: *“um pelo domínio; outro pela direção intelectual e moral.”* (Gramsci, 1966, apud Mochcovitch, 1990, p.21). Consciente ou inconscientemente, o professor realiza esta tarefa de direção para a qual possui inúmeras estratégias.

Um conceito de hegemonia, elaborado por Mochcovitch, diz que “[...] é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade.” (Mochcovitch, 1990, p.20). Para

Gramsci, hegemonia é sempre considerada na “perspectiva da transformação da sociedade, não da reprodução.” (Mochcovitch, 1990, p.24).

Nas práticas escolares, a noção de cultura como hegemonia ideológica se explicita por meio de várias situações consideradas corriqueiras e até naturais. Se expressa no currículo formal da escola, como tal conhecimento é estruturado, nas rotinas e práticas entranhadas em diferentes relações sociais e “aponta para a noção de estruturas sociais como configurações naturais que encarnam e ao mesmo tempo sustentam formas de hegemonia ideológicas.” (Giroux, 1986, p.256-7).

E as aulas de Geografia, o que são diante disto? As aulas de Geografia têm demonstrado e explicitado isto de diversas maneiras. Os conteúdos que, no mais das vezes, nada têm a ver com a vida dos alunos, que não trazem em si nenhum interesse, e muitas vezes pouco significado educativo, são vistas como “naturais”. Alguém definiu que sejam estes e que fossem tratados assim. E, mesmo que não o sejam, o professor remete para fora de si a organização dos conteúdos nas diversas séries e nos diversos graus de nosso ensino.

Se em determinado momento a Geografia serviu para enaltecer o nacionalismo patriótico brasileiro e hoje nós podemos examiná-lo assim, atualmente a maioria dos professores não consegue perceber a qual interesse está ligado a forma de estruturação do conhecimento veiculado nas aulas, nos livros, nos textos utilizados.

E é um conhecimento estruturado de tal forma que não permite que se conheça realmente a realidade que é estudada, sem falar na fragmentação produzida pela divisão em disciplinas, no interior delas e, no caso da Geografia, que é a que nos interessa no momento, a fragmentação acontece de tal forma que impede o raciocínio lógico.

São questões (físicas) naturais e humanas, são termos de relevo, vegetação clima, população, êxodo rural e migrações, estrutura urbana e vida nas cidades, industrialização e agricultura, estudados como conceitos a-históricos, abstratos, neutros, sem ligação com a realidade concreta.

Mesmo com os esforços que se têm feito para avançar e em nível da discussão acadêmica muitas coisas estejam resolvidas, a prática da sala de aula é ainda hoje assim, extremamente fragmentada em itens sem sentido isoladamente, e no conjunto sem o encadeamento que lhe permita ter sentido.

E, mais que isto ainda, são as análises que são feitas dividindo o mundo não pelas formas e interesses que se expressam no momento, mas por critérios “naturais”, físico-geológico-geomorfológicos, como se os fenômenos acontecidos no mundo atual fossem decorrentes de configurações naturais ou forças físicas, independentemente das sociedades, cultura e política.

A Geografia, vista de dentro por quem trabalha com pesquisa e ensino, se apresenta como uma disciplina extrema e perigosamente ideológica. E o professor de Geografia “transmite” por meio dos temas com que trabalha, a hegemonia de uma cultura, de uma sociedade com sua economia que, não raro, critica e quer condenar. Mas, na prática, exerce fundamentalmente o exercício de “ajustar” o indivíduo ao meio, muito embora não concorde e nem queira fazer assim.

Ao trabalhar com informações desconectadas de explicações mais amplas, colabora com a transmissão de idéias que professam a manutenção dentro de regras estabelecidas, em vez de valorizar o conhecimento de cada um, resgatando o conhecimento cientificamente produzido e dando-lhe um sentido social.

Isto acontece tanto pelas informações veiculadas, que são quase sempre parciais e preconceituosas e/ou ideológicas. Mas acontece também pelas práticas pedagógicas com que são trabalhados os conteúdos.

O exercício da cidadania deve-se dar inclusive no interior da sala de aula. É necessário situar o conhecimento escolar como integrante de um universo maior do conhecimento e conseguir perceber em que medida ele expressa e veicula interesses particularizados. A forma como o conhecimento se apresenta já é seletiva e, acrescida dos conteúdos tratados, a delimitação e seleção que é

dada a eles, está embutida de princípios ideológicos que na maioria das vezes passam despercebidos.

Não se trata apenas de criticar, de desmontar este conhecimento escolar por ser também ideológico. Trata-se, sim, de dar conseqüência à uma crítica histórica que se deve fazer, decorrendo dela uma ação que é social e política.

É interessante lembrar a análise que faz Lacoste (1988) ao referir que existe uma Geografia dos Estados que tem função estratégica de conhecer o espaço para organizá-lo a partir e a serviço dos interesses geopolíticos (nacionais ou de grupos). E que existe também uma Geografia escolar que é basicamente um saber inútil, que descreve lugares, enumera informações, sem dar-lhes o significado que realmente possui.

O estudo da Geografia na escola, nesta perspectiva, atua mais para obscurecer o sentido do território nas nossas vidas, no que diz respeito às formas que assumem as relações que ocorrem na sociedade e aos resultados dos avanços tecnológicos, do que para instrumentalizar o aluno para exercer e exercitar a sua cidadania.

E aí entra outro papel ideológico do conteúdo da Geografia e a discussão que existe a respeito do currículo oculto. Com referência ao currículo oculto e educação para a cidadania, Giroux (1986) propõe que deve ser considerado que a cultura dominante não está apenas entranhada na forma e conteúdo do conhecimento expressos claramente, mas é constantemente reproduzida naquilo que denomina de currículo oculto. Isto se refere às normas, valores, atitudes que estão nele incutidos sem que se os perceba nas relações que se estabelecem na vida cotidiana, dentro da escola, na sala de aula e que são transmitidos “naturalmente”, na exigência do cumprimento das regras, nos limites impostos.

Nos conteúdos de Geografia, quando se “naturalizam” questões sociais e políticas, reduzindo-as à determinações da natureza, e mais além destes, quando se estudam espaços distantes e estranhos, se faz com que a Geografia pareça coisa apenas de livros. Ao estudar os lugares como se o que existe neles fosse resultado natural e não construído historicamente, e até ao não se conseguir

ligar os avanços tecnológicos, as guerras, as constantes divisões das nações e as regionalizações que formam novos blocos, à construção do espaço, ou seja, a organização territorial destes fenômenos, como a materialização/concretização num dado lugar, das idéias, interesses políticos e econômicos.

Ao trabalhar tudo isto sem dar-lhe um sentido, sem estabelecer as origens e raízes e analisando os resultados que aparecem no espaço, se está contribuindo para dificultar a compreensão da realidade. São todos mecanismos que ficam parecendo naturais.

A relação do indivíduo com o seu meio, a compreensão do espaço construído no cotidiano, os microespaços que são os territórios do indivíduo, da família, da escola, dos amigos, devem ser incorporados aos conteúdos formais que as listas de Geografia contém. Estes aspectos vão permitir que se faça a ligação da vida real concreta com as demais informações e análises.

Estas questões não são consideradas porque falta clareza suficiente para incorporá-las sem ficar com a sensação de que se está tratando de coisas supérfluas. Elas nem seriam o chamado currículo oculto, mas têm funcionado como tal quando são desconsideradas, não para serem tratadas, mas exatamente para funcionar como armadilhas que impedem a compreensão do que está sendo ensinado, por ficar distante e irreal para a vida do aluno.

Para os professores implementarem uma noção mais abrangente de educação e cidadania, eles terão que entender não apenas as ligações que existem entre o currículo oculto e o formal, mas também as conexões que existem entre o currículo e os princípios que estruturam modos semelhantes de conhecimento, e as relações sociais na sociedade maior. (Giroux, 1986, p.258).

Giroux (1986) acrescenta também que deve se considerar em uma educação para a cidadania a análise do poder e transformação, ao se procurar entender o significado das contradições, disfunções e tensões existentes não só na escola, mas também no cotidiano mais amplo. Deve, portanto, localizar os

conflitos subjacentes na escola e na sociedade e investigar como podem contribuir para a educação para a cidadania.

Estas contradições, disfunções e tensões existem na sociedade mais próxima, na família, na escola, no município e devem ser tratadas, isto é, conhecidas e analisadas para que o aluno se perceba como um indivíduo que faz parte daqueles grupos e que poderia ter voz ativa, ser participante nas decisões. E, acima de tudo, para perceber que o seu território e o de seu município são construídos pelo movimentos dos homens e que envolvem interesses que podem ser localizados, reconhecidos e entendidos no processo dinâmico da vida cotidiana.

Na concepção gramsciana, em contraposição à dominação cultural, ocorrem sempre formas de resistência, pois que o homem propõe sempre a transformação e não a manutenção da sociedade e o ajustamento a ela. *“O poder a serviço da dominação nunca é total.”* (Giroux, 1986, p.260).

Esta resistência aparece em sala de aula, na escola e na vida social mais ampla, de diversas formas que, se não forem entendidas, e mesmo noutra perspectiva de educação, passam a ser consideradas como mau comportamento. Em geral, se expressam na linguagem, no vestuário, na resistência a fazer em sala de aula o que o professor propõe. Ao contrário de subestimá-la, ou desconsiderá-la, cabe à escola, preocupada em educar para a cidadania, conseguir transformar esta ação, muitas vezes isolada dos procedimentos habituais, em uma força e ação ampliada para uma forma de resistência mais politizada.

Esta consciência social representa o primeiro passo para que os estudantes atuem como cidadãos “engajados”, dispostos a questionar e confrontar a base estrutural e a natureza da ordem social. (Giroux, 1986, p.261).

As aulas de Geografia têm tudo a ver dentro deste quadro, mas por serem tratadas como simples descrições de espaços parados, mortos, sem vida, não se consegue nada. A partir da discussão das contradições e conflitos trazidos para a sala de aula pelos alunos, pode se estabelecer uma matriz de análise para a

realidade em que vivemos, subordinadas a uma ordem social complexa e globalizante.

Entender vários fenômenos que acontecem no mundo e particularmente no Brasil e que se materializam em paisagens diversas, é buscar as explicações para as relações sociais que acontecem, é entendê-las situadas num âmbito maior e explicativo da realidade atual.

O conteúdo trabalhado nas aulas de Geografia é aquele ligado à forma como o professor reconhece esta ciência, portanto não é algo inventado aleatoriamente, mas sim um conhecimento do mundo a partir dos processos de construção e apropriação dos territórios diversos.

Em geral, se descrevem paisagens distantes e, com as próximas, fazem-se descrições tão impessoais que não parecem ser o mundo em que se vive. O grande desafio é tornar as coisas mais concretas e mais reais. Um ensino conseqüente deve estar ligado com a vida, ter presente a historicidade das vidas individuais e dos grupos sociais, com um sentido para buscar o conhecimento existente e conseguir produzir conhecimento próprio.

Isto é educar para a cidadania e *“para que a educação para a cidadania se torne emancipatória, deve começar com o pressuposto de que seu principal objetivo não é ‘ajustar’ os alunos à sociedade existente.”* (Giroux, 1986, p.262), nem ajustar e nem transformá-los em meros espectadores do que acontece, mas fazê-los participantes, senão dos problemas e questões estudadas, em si, tornar estas questões ligadas com a vida das pessoas envolvidas, mostrando-lhes que são iguais a nós homens e mulheres concretos que vivem em um determinado lugar, e não como seres abstratos e neutros. Eles existem e vivem a luta pela sobrevivência concreta; não estão aí apenas para serem estudados.

No fundo, o que se quer é uma educação mais vinculada com a vida, um sentido para o que é estudado; e num tipo de educação assim, *“sua finalidade primária deve ser estimular suas paixões, imaginação e intelecto, de forma que eles sejam compelidos a desafiar as forças sociais, políticas e econômicas que oprimem tão pesadamente suas vidas.”* (Giroux, 1986, p.262).

É um tipo de educação que deve mostrar que é possível desafiar, discutir, analisar o que está estabelecido, em vez de simplesmente aceitar. Porém, para isto é preciso conhecer, ter informações, saber organizá-las, mas informações que façam sentido no interior de um quadro de explicações que dêem conta das realidades concretas do mundo.

É um tipo de escola e educação difícil de implementar, pois as dificuldades são muitas e com peso maior que o resto. E muito freqüentemente se coloca nos alunos a desculpa da impossibilidade de tal tipo de ensino, justificando que lhes falta interesse, curiosidade, atenção, porém, pode-se argumentar que a escola está muito atrasada em relação ao mundo e não está apta a dar conta dos interesses dos jovens.

Na verdade, os educadores devem se perguntar a quem se destina a educação e se existe algo que seja proposto pela escola como exigência e expectativa da sociedade; deve-se procurar reconhecer quem são e como são realmente estes jovens “que devem ser educados” para que se consiga chegar neles, para encontrar as melhores formas de ação.

Ao contrário, a escola em geral tem sido tão ineficiente que, diante dos problemas havidos, cai na negligência. Como se diz popularmente, o professor faz de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende. E, na maioria das vezes, não se ensina mais nada porque o aluno não se interessa e a cada vez é exigido menos dele, a ponto de não se ter uma postura de educação, quer dizer, o aluno reconhecer que estudar e aprender exige esforço e dedicação.

O conteúdo de Geografia, por ser essencialmente social, pois diz respeito ao espaço que o homem constrói e ao mesmo tempo que o recebe para fazer a sua morada e que tem a ver com as coisas concretas da vida que estão acontecendo e que tem a sua efetivação num espaço concreto aparente e visível, permite e encaminha o aluno a um aprendizado que faz parte da própria vida e como tal pode ser considerado em seu significado restrito e extrapolado para a condição social da humanidade.

Em termos mais concretos, os estudantes deveriam aprender não apenas a avaliar a sociedade de acordo com suas próprias pretensões, mas devem também ser ensinados a pensar e agir de formas que tenham a ver com diferentes possibilidades da sociedade e a diferentes modos de vida. (Giroux, 1986, p.263).

Embora não se vislumbre condições concretas de mudanças próximas, cabe à escola desenvolver a capacidade de perceber que as coisas, que as formas de desenvolvimento e organização da sociedade são construções históricas dos homens e portanto, passíveis de questionamentos. E que é possível a existência de modos de vida diferentes. Aliás, que são possíveis formas diferentes de agir da escola, também. E a análise crítica da realidade tal como se põe atualmente, permite que se vislumbre estas novas formas e que se acredite possível pensar e agir diferente.

As aulas de Geografia permitem que se avance nesta perspectiva, pois ao estudar situações concretas, problemas que os vários povos enfrentam e a estruturação dos seus territórios, que apresentam paisagens que expressam a realidade vivida, o aluno adquire os instrumentos para pensar o mundo de sua vida, da vida de todos os homens.

Ao confrontar várias situações entre si e com as condições concretas do seu próprio mundo próximo, ele vai construindo um conhecimento próprio e, mais do que isto, a compreensão de regras e leis que regem este mundo atual e podem até buscar o que as funda e compreendê-las como historicamente construídas.

A educação para a mudança assume contornos dinâmicos, pois o mundo não pára, e os fenômenos que a Geografia estuda têm que ser considerados como resultados de um processo histórico situado num determinado local mas considerado também na perspectiva internacional/global. Afora ter sido sempre uma característica da Geografia estudar as questões numa perspectiva de escala de análise que dê conta dos diversos níveis territoriais, hoje nós colocamos

fundamentalmente como categorias de análise o local cotidiano e o global, acrescido do regional. Quer dizer, os níveis local e regional, que são o mundo fisicamente mais próximo do aluno, acrescido do nacional, se põe sempre na perspectiva da mundialização, dos aspectos internacionais. Num mundo em que a globalização se faz sentir em todos os aspectos afetando as vidas de todos os homens em todos os lugares, não faz sentido estudar fenômenos ou lugares isolados, mas inseridos na complexidade global. E torna-se hoje fundamental considerar o regional para além dos limites das nações, que estão se constituindo em novas realidades mundiais (por exemplo, o Mercosul).

Assim contextualizado e considerado em suas características internas, os fenômenos têm uma dinamicidade também em sua estrutura, na medida em que eles não finalizam os processos, mas têm continuidade e podem mudar também. Este é, sem dúvida, um exercício para o aluno pensar e agir encarando diferentes possibilidades para a sociedade no seu conjunto e as diversas pessoas no seu interior. E, acima de tudo, conseguir dar conta de compreender o mundo em que vive nas suas expressões concretas do cotidiano.

Segundo Giroux (1986, p.262), os alunos devem adotar uma postura de “coragem cívica”, isto é, encarar, analisar, pensar e agir como se vivessem de fato em uma sociedade democrática que lhes oportunizasse o exercício político de sua condição de cidadão. Mas, para assim poderem agir, a escola e o professor devem criar as condições de, além de trazê-los para dentro da sala de aula, propor-lhes uma educação que leve em conta os seus interesses e capacidades, descentrando-se dos aspectos burocráticos em que têm se apoiado constantemente.

A aula de geografia deve ir além de passar informações, de apresentar dados e mapas, de descrever lugares estranhos. Deve deslocar sua preocupação maior em “dar o conteúdo”, e organizá-lo de modo mais consistente para ser capaz de ter um significado para além do saber. Mas, com certeza, ir além deles. Para que isto aconteça, a educação para a cidadania deveria se apoiar em várias pressuposições e práticas pedagógicas (Giroux, 1986, p.263) que estão a seguir:

1) As aulas devem ser de forma que os alunos possam desafiar, engajar-se e questionar o que lhes é proposto, a partir da forma e da substância do processo de aprendizagem. A questão não é, portanto, apenas de conteúdo, mas metodológica, ou se se quiser, das práticas pedagógicas adotadas. Muda, portanto, a perspectiva do conteúdo trabalhado, pois *“o saber deve ser visto como mais do que uma questão de aprender determinado corpo de conhecimentos; deve ser visto como um engajamento crítico que visa distinguir entre essência e aparência, entre verdade e falsidade.”* (Giroux, 1986, p.263).

As paisagens que a Geografia estuda, as características naturais dos territórios e sua população não podem ser apenas citadas e descritas, devem ser buscadas as explicações para o que as paisagens mostram. E estas vão ser dadas pelos movimentos que o capital realiza no mundo, pelas formas que ele assume nos diversos pontos dos territórios. E este movimento que não é causal e pontual deve ser referenciado nas questões gerais da vida no mundo atual.

A relação da sala de aula deve ser deslocada do professor que sabe, que ensina aos alunos que não sabem e devem aprender o que o professor propõe. Não que o professor abdique de sua função de condução, de sua necessidade de saber o que vai ensinar e saber mais que isto, quer dizer, se estabelece uma relação dissimétrica de interlocução. Esta relação no processo de aprendizagem deve estar centrada no “aprender” do aluno, e não no “discurso” do professor. Aos alunos devem ser dadas condições e chances de *“produzir, bem como de criticar os significados da sala de aula.”* (Giroux, 1986, p.263).

O conhecimento não é o fim, a finalidade do processo de ensino-aprendizagem, mas o intermediador do diálogo entre os que aprendem. Este conhecimento deve ser problemático e problematizador não pronto e acabado, e deve ser reconhecido como histórico e social tal como despojado das suas pretensões objetivas.

Assim, em vez de ficar ouvindo a sua própria voz, o seu discurso que o agrada, deve intermediar a relação de aprendizagem, facilitando o acesso de informações ao aluno e os materiais necessários à realização da aprendizagem,

encaminhar leituras e observações e assessorá-lo. O papel do professor, então, deverá ser redimensionado.

2) Os alunos devem aprender a pensar criticamente, a ir além das interpretações literais e dos modos fragmentados de raciocínio. Em geral, os livros de Geografia trazem “verdades” que são interpretadas como objetivas e neutras, fragmentando as explicações com limites de países, com justificativas naturais, quando as questões são sociais e são problemas da humanidade que, devido às condições específicas de certos povos de certos países, são localmente situados.

Os temas estudados devem estar inseridos num quadro de referências e explicações que dêem significado para aquilo, que demonstrem a importância de compreender estas realidades que podem ser locais, mas que se expressam/demonstram questões que são da humanidade. E mais que isto, não devem ser simplesmente aceitas as explicações que são postas por uma forma única de interpretação, por uma única fonte.

Os alunos devem conseguir operar com um quadro de referências, conseguindo dar conta de como ele se constitui e “*como ele fornece um ‘mapa’ para se organizar o mundo.*” (Giroux, 1986, p.264). Mas, para isso, é necessário ver o mundo de forma globalizada no interior do qual acontecem regionalizados, fenômenos que têm necessariamente as explicações ao nível do global e do local. “*Fatos, conceitos, problemas e idéias devem ser vistas dentro da rede de conexões que lhes dá significado.*” (Giroux, 1986, p.264).

As aulas de Geografia que apresentam um conteúdo, em geral fragmentado, encaram aqui um desafio que é o de clarear e/ou definir/construir este quadro de referências. Quais são os elementos fundamentais para tanto? Como transitar do local para o internacional, fazendo as interconexões possíveis dos diversos locais entre si, no todo que é? Como superar a divisão do mundo entre continentes (critério geológico-geomorfológico de terras emersas) e entendê-lo no conjunto dos fenômenos atuais que abalam o mundo atual?

O significado do estudo não pode estar nas informações, nas verdades descritas, mas devem remeter à formulação de conceitos que o aluno deve construir.

3) *“O desenvolvimento de um modo crítico de raciocínio deve ser usado, a fim de capacitar os alunos a se apropriarem das suas próprias histórias, isto é, mergulhar em suas próprias biografias e sistemas de significado.”* (Giroux, 1986, p.264).

Uma postura pedagógica que permita ao aluno se dar conta da dignidade e do valor de suas próprias percepções e histórias é uma postura que permite estudar a própria realidade concreta em que se vive, superando o senso comum e reconhecendo a história do meio em que vive como a sua própria história. A partir daí, põe-se a necessidade de abstrair da situação concreta em que se vive, a fim de buscar as explicações gerais que dão conta de explicar as realidades locais.

No sentido de valorizar a dinâmica da própria vida, das histórias pessoais e dos grupos sociais mais restritos dos quais os estudantes fazem parte, o estudo do local onde vivem, do município, da sua cidade, se torna fundamental, ao mesmo tempo em que é um importante exercício para entender o mundo da vida. O município

É uma escala de análise que permite que tenhamos próximos de nós todos aqueles elementos que expressam as condições sociais, econômicas, políticas de nosso mundo. É uma totalidade considerada no seu conjunto, de todos os elementos ali existentes, mas que, como tal, não pode perder de vista a dimensão de outras escalas de análise. (Callai & Zarth, 1988, p.11).

Este estudo funciona como um reconhecimento e apropriação do que acontece no local e tem como objetivo entender os fenômenos que acontecem, com condições de considerá-los na concretude de seu acontecimento, em contraposição com o idealizado e abstrato. E, acima de tudo, resgatar a história

da própria vida em um processo que conduz a um tipo de construção do espaço que lhe é imediato, próximo e possível de observar concretamente.

E, para além deste reconhecimento, é necessário encontrar as explicações universais para estas questões locais, isto é, reconhecer como é que o universal está presente no local e que o que está expresso aí tem um significado para a vida de cada um, mas também uma explicação e significado em nível do movimento geral do mundo e da humanidade. Nesta contraposição, o aluno poderá iniciar um processo de abstração e teorização e examinar as verdades que estão postas e os seus significados, seja em nível concreto, seja nas explicações mais gerais e abrangentes.

No fundo, exige-se uma nova postura do professor no trato com seus alunos, com o saber que eles trazem consigo, pois embora sempre tenhamos, de uma forma ou de outra, um tratamento com o que eles trazem consigo, *“na verdade somos juizes desse saber e quase sempre o rejeitamos como não-saber ou pré-saber.”* (Resende, 1986, p.12). E exige-se também uma postura do aluno, de valorizar o que ele vive, que procura dar e encontrar significado mais geral para as situações cotidianas.

A educação atual está a exigir de nós uma nova postura pedagógica, em que (como já foi salientado) o conhecimento seja mediador do diálogo entre o que aprende e o que ensina. O conteúdo não é um fim em si. E, nesta perspectiva, considero muito importante e significativo o estudo do município - como se constrói o espaço, a história e a sociedade do lugar em que o aluno vive.

4) Os alunos devem aprender que existem valores que devem ser resgatados e considerados pois *“são indispensáveis à reprodução da vida humana.”* (Giroux, 1986, p.264). Esses valores não vão ser tratados e considerados como um conteúdo em si, mas extraídos dos próprios conteúdos trabalhados cotidianamente.

Em Geografia, a partir dos conteúdos trabalhados, pode-se considerar inúmeros valores decorrentes da forma de organização dos povos, da apropriação dos territórios, das lutas travadas para tanto, das questões étnicas, dos valores

culturais e religiosos, do acesso aos espaço na construção de seus territórios (seja microespaço particular/individual, sejam macroespaços nacionais) e da relação com a natureza.

Valores embutidos nas questões específicas das populações e sua relação com o espaço ocupado por elas, tais como controle da natalidade, migrações, acesso à moradia, a lugar para trabalhar (reforma agrária), a direito de organização social, cuidado com o meio ambiente e com a qualidade de vida. Estes valores devem ser considerados, *“imbricados na própria textura da vida humana, como eles são transmitidos, e que interesses eles apoiam, com relação à qualidade da existência humana.”* (Giroux, 1986, p.264).

Na medida em que os alunos conseguem entender a origem das próprias crenças e de sua ação, eles conseguem ter a explicação para os problemas que ocorrem no mundo e no seu dia-a-dia, superando talvez o senso comum enraizado nas mentes e na vida de cada um.

5) Os alunos devem aprender a respeito das forças ideológicas que influenciam e restringem suas vidas. Para exemplificar a partir dos Estudos Sociais, numa concepção radical, Giroux (1986) se vale da análise de Glesson & Whitty (1976) que dizem que se deva começar com um reconhecimento de que os processos sociais na escola e na vida, influenciam, direcionam, restringem as oportunidades de vida dos alunos.

As aulas de Estudos Sociais, segundo os autores, podem contribuir para que os alunos consigam ser mais *“conscientes de suas proposições e mais articulados politicamente na expressão do que é que eles querem da vida”* e, a partir daí, chegar a compreender por que muitos dos seus desejos e anseios são frustrados, impedidos de se realizar e como se pode fazer frente a isto no intuito de uma ação social para tentar conduzir os interesses que se têm, em nível individual e dos grupos a que pertencem. *“Os alunos devem aprender a agir coletivamente para construir estruturas políticas que possam desafiar o ‘status quo’.”* (Giroux, 1986, p.265).

Na aula de geografia, pode-se analisar o quanto se restringem as possibilidades de acesso à terra para morar e para trabalhar. No estudo das relações do homem com a natureza, pode-se perceber que as possibilidades postas pela natureza para seu uso são condicionadas por questões sociais, políticas e econômicas. Ao fazer o estudo do local, pode-se observar e questionar as habitações, as ruas, as oportunidades de emprego etc.

Estas proposições trazem embutidas uma postura pedagógica em que o aluno deve ser considerado o sujeito da aprendizagem e o conteúdo, um instrumento.

O conteúdo de Geografia continua sendo o mundo, isto é, o espaço produzido pelos homens na sua luta contínua para sobrevivência - o território. O caminho é que tem que ser reconstruído e existem caminhos diversos e alternativos. A escolha destes deve se dar de acordo com as circunstâncias do mundo atual.

Não se pode querer ter uma estrutura de trabalho assentada nos moldes tradicionais se temos como alunos, jovens que vivem num mundo dinâmico e diverso, por ser atual, e que deverão viver num mundo que apresentará novos desafios. É preciso habilitá-los a pensarem e agirem.

As formas de organização dos povos, o espaço apropriado como resultados dos fenômenos localizados espacialmente num ou noutro lugar devem ser considerados não numa perspectiva absolutizada, mas contextualizadas em nível geopolítico, cultural e social. Fenômenos mundiais e nacionais devem ser considerados na localização espacial em que acontecem, mas sempre referidos aos problemas cotidianos e locais dos alunos.

Embora ao longo do tempo permaneça sempre a idéia de espaço como objeto da Geografia, é o espaço no sentido mais amplo, e a sua apropriação pelos povos, quer dizer, o território no sentido mais restrito, e os temas a serem trabalhados, a delimitação dos conteúdos não pode ser feita isolada do contexto das problemáticas atuais do mundo.

Entendo que não é uma lista de conteúdos que se deve ter, mas idéias e objetivos que se constituam em elementos básicos que englobem aonde se pretende chegar, de que forma e com que caminhos e daí definir quais os conteúdos e o nível de informações que servem para instrumentalizar os interesses definidos.

As possibilidades de tornar a Geografia uma matéria interessante são inúmeras, mas não se bastam em si mesmas. Por outro lado, é importante que se tenha clareza das categorias fundamentais para a análise geográfica, para sabermos do papel da Geografia no ensino. Ao construirmos um olhar geográfico da realidade, estaremos nos baseando nestas categorias e procurando entender o mundo em que vivemos, e nos instrumentalizando para viver nele como cidadãos.

Bibliografia

BRABANT, J.M. Crise da geografia, crise da escola. *In*: OLIVEIRA, A.U. de (org.). Para onde vai o ensino de geografia? São Paulo, Contexto, 1989. p.15-23.

CALLAI, H.C.; ZARTH, P.A. O estudo do município e o ensino de história e geografia. Ijuí, Unijuí Editora, 1988.

GIROUX, H. Teoria e resistência em educação. Petrópolis, Vozes, 1986.

LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas (SP), Papirus, 1988.

MOSCHCOVITCH, L.G. Gramsci e a escola. São Paulo, Ática, 1990.

RESENDE, M.S. A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de Ensino. São Paulo, Loyola, 1986.

SANTOS, M. Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.